

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação E estudantil da Unesp

Não ao arrocho. Nenhum ataque à autonomia universitária

Todos ao ato público em 14/5, data da negociação salarial



Esta é uma semana importante na mobilização em defesa das reivindicações da data-base 2015 nas universidades estaduais paulistas. Em sua reunião de 8/5, o Fórum das Seis avaliou o retorno das assembleias de base das entidades e reafirmou a realização do ato estadual unificado na quinta-feira, 14/5, data da negociação salarial com os reitores. A orientação às entidades é que organizem a participação de suas caravanas, que devem se encontrar às 14h, no Vão Livre do MASP, de onde sairemos em passeata até a sede do Cruesp (Rua Itapeva, esquina com Rua Rocha), para acompanhar a reunião a partir das 16h.

É hora de centrar o foco na pressão sobre os reitores, para que negociem efetivamente as reivindicações da Pauta Unificada 2015. No item “Salários”, reivindicamos a inflação medida pelo Dieese de maio/2014 a abril/2015 + 3% a título de recuperação parcial de perdas. Num momento de aceleração da inflação, é inaceitável qualquer tentativa de descarregar o ônus da crise sobre a comunidade universitária. Não vamos aceitar arrocho!

A data-base também é momento privilegiado para dizermos NÃO ao desmonte das universidades, que se expressa em medidas como o enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não

reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades e no Centro Paula Souza), o descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), a repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), a adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre várias outras.

E lá vem Alckmin com um novo ataque à autonomia

O Diário Oficial do Estado de 1º/5/2015 trouxe a publicação do Projeto de Lei (PL) 587, de 30/4/15, com a proposta do governo Alckmin para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.

No artigo 4º, que determina os recursos para as universidades estaduais paulistas, vemos a tentativa de um novo ataque à autonomia destas instituições. Veja o que diz o artigo (*negrito nosso*):

*Artigo 4º – Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2016, devendo as liberações mensais de recursos do Tesouro respeitar, **no máximo**, o percentual global de 9,57% da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado (QPE), no mês de referência.*



A “novidade” é a expressão “no máximo”. Significa, na prática, que o governo poderá decidir, a cada mês, quanto de recursos vai enviar às universidades, desde que o montante não ultrapasse o “máximo” de 9,57% da ICMS-QPE!

A garantia dos 9,57% da ICMS-QPE foi duramente conquistada em 1989, após uma forte greve em 1988. Sem ela, a autonomia universitária deixa de existir.

O governo Alckmin sabe muito bem que os atuais 9,57% são insuficientes para garantir ensino, pesquisa e extensão de qualidade, especialmente pelo fato de não serem repassados de forma integral, pois sofrem descontos indevidos (como a Habitação) e a não inclusão de várias alíneas da receita oriunda do ICMS. Mas isso parece não ser suficiente para o governo.

Nos últimos anos, Alckmin sempre enviou seu projeto de LDO “esquecendo” de colocar a expressão “no mínimo” antes de 9,57%. Após alguma luta, o termo voltava ao texto. Agora, ao que tudo indica, o governo tenta um ataque mais ousado, que legalizaria e ampliaria sua política de arrochar verbas nas estaduais paulistas, três das mais importantes universidades públicas do país.

Nossa luta

Em 2014, movidos pela pressão da nossa forte greve, os reitores concordaram com a necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP, e divulgaram documento pedindo a passagem dos atuais “no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE” para “no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE”. Com isso, deixaríamos de ter o desconto indevido da Habitação e a base de cálculo dos repasses às universidades estaduais passaria a ser a mesma que a dos municípios paulistas.

Em meio à greve de 2014, o Fórum das Seis reivindicou que o governo repassasse um adicional de 0,7% do ICMS-QPE às universidades estaduais e modificasse o artigo 4º da LDO-2015 para “no mínimo, 10% do total do produto do

ICMS-QPE”. Com estas reivindicações, a intenção era caminhar no sentido da nossa reivindicação histórica, que é de 11,6% do ICMS-QPE para as universidades, e aumento do percentual constitucional de 30% para 33% do total das receitas de impostos para o conjunto da educação pública paulista. Nada disso foi aprovado, pois o governo centralizou sua base e permitiu apenas a inserção da expressão “no mínimo” antes dos 9,57%.

Em 2015, nossa luta será grande. Junto às reivindicações da nossa Pauta Unificada, temos que nos preparar para derrotar mais essa investida do governo Alckmin contra a autonomia das estaduais. Sabemos que este governo não tolera a ideia da destinação peregrina de recursos para os serviços públicos e tentará, mais uma vez, atacar a autonomia das estaduais paulistas, mas não fará isso sem nossa resistência.

**Nem arrocho, nem desmonte!
Nenhum ataque à autonomia universitária!**

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.
Adunicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Solidariedade aos professores e à população paranaense

O **Fórum das Seis**, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido em 8/5/2015, repudia a truculência empregada pela polícia militar paranaense, contra os professores grevistas da rede estadual de ensino e representações de várias categorias do funcionalismo estadual, no dia 29 de abril de 2015.

O **Fórum das Seis** expressa sua solidariedade ao movimento destes trabalhadores, vitimados pela injustificável violência governamental. Em vez desta barbárie, registrada em cenas que remetem aos tristes tempos da ditadura militar, instamos o governador Beto Richa a estabelecer um diálogo democrático e negociação efetiva com as entidades representativas.

O movimento dos professores paranaenses soma-se à greve de professores em vários estados do país, que têm entre suas reivindicações o cumprimento da Lei do Piso, reajuste salarial e valorização do profissional da educação.

Ao invés de repressão, a educação pública precisa de respeito!

São Paulo, 8 de maio de 2015
Fórum das Seis

Para:
Beto Richa, Ilmo Sr. Governador do Estado do Paraná.

Com cópia:
Entidades representativas do funcionalismo público paranaense.
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.